

# 97% das mulheres disseram já ter sido vítimas de assédio em meios de transporte

*Pesquisa do Instituto Patrícia Galvão / Instituto Locomotiva ouviu mais de 1000 brasileiras que utilizam diversas formas de transporte no seu dia-a-dia*

São Paulo, 18 de junho de 2019 - O assédio sexual é uma realidade na vida da maior parte das mulheres brasileiras: 71% conhecem alguma mulher que já sofreu assédio em espaço público e, ainda mais impressionante, 97% dizem já ter sido vítimas de assédio em meios de transporte. O dado é da pesquisa realizada pelo Instituto Patrícia Galvão e Instituto Locomotiva, com o apoio da Uber, sobre violência contra a mulher no transporte.

**(Acesse [aqui](#) a apresentação da pesquisa)**

Para entender os obstáculos e desafios que as mulheres enfrentam em sua locomoção pelas cidades todos os dias, a pesquisa ouviu 1.081 brasileiras que utilizaram transporte público e por aplicativo nos três meses anteriores à data do início do estudo\*. O levantamento aponta que, para as mulheres que trabalham e/ou estudam, o tempo gasto se deslocando entre sua casa e o trabalho/instituição de ensino é um fator decisivo e central na vida delas: para 72% das entrevistadas, o tempo para chegar ao trabalho influencia na decisão de aceitar um emprego ou de permanecer nele. Ainda assim, 46% das entrevistadas não se sentem confiantes para usar meios de transporte sem sofrer assédio sexual.

“A pesquisa confirma que, infelizmente, o assédio sexual no transporte faz parte da rotina das mulheres brasileiras. Para elas, que em sua maioria estudam e trabalham fora de casa, a segurança no deslocamento é uma questão essencial. É importante não só aplicar a lei que criminaliza essa prática, como também desenvolver políticas e mecanismos para prevenção, para garantir que as brasileiras possam se sentir seguras ao exercerem seu direito de ir e vir, garantindo também seu direito a uma vida sem violência”, afirma Jacira Melo, diretora executiva do Instituto Patrícia Galvão.

Quando o assunto é locomoção, segurança é mesmo o fator que mais preocupa as mulheres: de olhares insistentes a serem encoxadas, passando por cantadas indesejadas, passadas de mão, comentários de cunho sexual ou serem seguidas, são diversas as situações de assédio relatadas. Em regra, o percentual de citações de assédio no transporte público é maior do que nas demais alternativas analisadas (ver quadro abaixo).



A pesquisa também apontou que três em cada quatro mulheres (75%) se sentem seguras usando transporte por aplicativo - número maior do que as que se sentem seguras usando táxis (68%) e quase três vezes maior do que o número de mulheres que se sentem seguras no transporte público (26%).

“O estudo aponta que, hoje, as mulheres não têm segurança para se locomover pelas cidades. Elas são assediadas, seja nas ruas ou nos meios de transporte, quando saem para trabalhar, levar as crianças para a escola, se divertir... Para que as mulheres tenham mais autonomia, precisamos de políticas de combate à violência que incluam o olhar para esses deslocamentos”,

aponta Maíra Saruê Machado, diretora de pesquisa do Instituto Locomotiva.



Elas também apontam que os transportes por aplicativo permitem às mulheres denunciar os abusadores mais facilmente (55%) e que é onde acreditam que há mais chances de os homens que cometem assédio serem punidos (45%) - fatores que podem contribuir para a maior sensação de segurança.

Por fim, para 91% o surgimento do transporte por aplicativo melhorou sua capacidade de locomoção pela cidade e 94% afirmam que se sentem mais seguras sabendo que, se precisarem, podem chamar um Uber para voltar para casa.

*\*Perfil das entrevistadas: 18 anos ou mais, classes A, B, C, e D, de todas as regiões do país, que utilizaram transporte público e transporte por aplicativo ao menos uma vez nos últimos 3 meses. Período de campo: fevereiro de 2019.*

### **Sobre o Instituto Patrícia Galvão**

O Instituto Patrícia Galvão trabalha para ampliar a visibilidade das diversas formas de violências sofridas pelas mulheres no país, com o objetivo de exigir respostas do Estado, do setor corporativo e da sociedade. O Instituto produz conteúdos, realiza pesquisas e disponibiliza dados, contribuindo assim para a qualificação do debate público sobre questões críticas para as mulheres brasileiras na imprensa e nas redes sociais.

### **Sobre o Instituto Locomotiva**

O instituto de pesquisa Locomotiva trabalha para mostrar que existem pessoas e histórias por trás de cada número. Transformamos resultados de pesquisas em conhecimento e estratégia, ampliando as possibilidades de empresas, instituições públicas e organizações do terceiro setor, contribuindo para a construção de identidade entre elas e seus públicos.

---

## **[Transou com a empregada: por que não se fala de abuso sexual com domésticas](#)**

*Elas são silenciadas, entre outros motivos, pelo medo de perder o emprego*

**[\(Universa, 17/07/2019 - acesse no site de origem\)](#)**

O caso é recorrente em novelas. Nesse ano, em [A Dona do Pedaço, foi Edilene](#) (Cynthia Senek), que se envolveu com o personagem de José de Abreu, Otávio, seu patrão. A garota morreu após um aborto. Há mais de 20 anos, em [Laços de Família, Danilo](#) (Alexandre Borges) seduzia Ritinha (Juliana Paes) nos mesmos moldes.

O assédio e abuso sexual existem há séculos [contra as empregadas domésticas](#). E a situação é

tão normalizada que há alguns homens que exibem as suas experiências sexuais com as funcionárias, como troféus em conversas masculinas.

E as vítimas? Sempre com medo, sempre do lado frágil dessa história, escondem até de si mesmas os estupros sofridos no seu local de trabalho. A empregada está no lado em que a corda estoura, mas, com vergonha e medo de perder o emprego, lida com aquilo em silêncio.

### **Estupro na casa de praia**

A baiana M., atualmente com 50 anos, foi estuprada na casa de praia dos empregadores, aos 12 anos. Ela pediu para que a neta revelasse a sua história, devido a dor que sente até hoje ao recordar do episódio.

M. representa a [profissão que é passada de mãe para filha](#). A sua mãe trabalhava na casa de um fazendeiro, na Bahia, foi abusada e engravidou. Deu à luz a M. e decidiu tentar a vida em São Paulo. Após dois anos no novo emprego no sudeste, decidiu que era hora de levar também a filha. A menina foi criada como se fosse parte da família na casa em que sua mãe trabalhava.

Dez anos depois, a postura da família mudou. M. estava na puberdade e o patrão começou a passar a mão nela em situações esporádicas. Em um final de semana na praia, enquanto a mulher não estava na casa, ele a violentou.

M. ficou por mais dois anos nesse local, sem contar nada para ninguém. Ela se casou anos mais tarde com um rapaz que trabalhava próximo à residência em que vivia. A única recordação que tem desse episódio é a dor que sentiu quando perdeu a virgindade.

### **Um assunto do qual ninguém fala**

A advogada Tatiane Gasparini está fazendo a tese de mestrado na USP, em São Paulo: “Por baixo do avental: Um estudo sobre a violência sexual cometida contra empregadas domésticas”.

“É um tema de pessoas invisíveis na sociedade. A cultura do estupro vem desde o tempo da escravidão. As mulheres negras foram as primeiras empregadas domésticas do país.”

[“Infelizmente foi uma profissão familiar e geracional e o abuso sempre era frequente”](#), conta a estudiosa.

Para a presidente do Sindicato das [Trabalhadoras Domésticas de São Paulo](#), Janaina Souza, há poucos trabalhos acadêmicos desse tipo porque é difícil para as próprias domésticas revelarem os assédios. “A incerteza da punição dos estupradores é o maior medo das mulheres abusadas. Por outro lado, quando tomam coragem de falar para a esposa do abusador, elas normalmente perdem o emprego e ainda são taxadas de mentirosas”, explica Janaina, que foi empregada na juventude e não sofreu assédio.

Valeria Riberio Corozzacz, dá aulas de história da antropologia e antropologia de gênero na Universidade de Modena, na Itália, e já estudou o tema. Fez a primeira pesquisa entre 2009 a 2012, reuniu 21 homens brancos, de classe média alta carioca, entre 43 a 60 anos, e fez questionamentos sobre os relacionamentos com as domésticas.

Oito desses homens afirmaram que tiveram iniciação sexual com as empregadas. Uma das repostas foi bem precisa: Mico, de 59 anos, disse que apenas não manteve relação sexual porque a família não tinha dinheiro para ter uma funcionária em casa. Os demais homens revelaram que conheciam alguém que manteve esse tipo de comportamento.

“Não se trata apenas de uma violência sexista, mas também de uma violência racista e de classe, considerando que, como podemos verificar, nela se combinam as diferenças de raça, de classe e de sexo, típicas da sociedade brasileira. Isso produz formas determinadas de opressão e de privilégio social.”

De forma banal, nas entrevistas esses mesmos homens falavam da expressão TED (Terror das Empregadas Domésticas) que era utilizada em suas turmas a respeito dos amigos que assediavam e violentavam as trabalhadoras. O artigo de Valéria: “Abusos sexuais no emprego doméstico no Rio de Janeiro” já foi publicado na França, Itália e Brasil. “Ele é safado mesmo”

Um homem rico de 92 anos, com duas empregadas para cuidar dele e da casa grande, num bairro nobre de São Paulo. Os filhos ouvem das funcionárias que o patrão está tentando assediá-las, primeiro com elogios. Elas dizem que, à noite, vai ao quarto delas e pede para elas dormirem com ele.

### **Aborto e perda do emprego**

O engenheiro baiano C., de 34 anos, pediu anonimato para falar sobre o seu caso. Ele tinha 14 anos quando engravidou uma doméstica que trabalhava em sua casa. Segundo contou, na época, ele não tinha noção de que o que ele e os primos faziam era algo errado. “Na minha primeira vez, eu engravidei a moça. [Ela fez o aborto, minha mãe ajudou a pagar e depois foi embora de casa](#). Olhando com os olhos de hoje, era um assédio o que cometíamos. Lembro que ela tinha muito medo de perder o emprego”, conta.

Com o aumento do desemprego no país e [a queda de renda das famílias brasileiras](#), mais a obrigação de pagar os direitos trabalhistas, o número de mulheres que dorme na casa do patrão ficou reduzido. Por outro lado, o número de diaristas aumentou.

O filho ouviu tudo calado e justifica o comportamento inadequado do pai, com a seguinte frase “Ele sempre foi tarado, não é agora que vai mudar”. As duas domésticas procuram ajuda no sindicato, após se demitirem, relataram o caso e nunca mais retornaram. “Elas falam sobre o que passaram e depois que solicitamos mais detalhes, elas desaparecem. É uma questão muito delicada, a vergonha e a falta de informação ainda dominam a nossa classe”, explica a diretora jurídica Natalie Rosário de Alcides, que trabalha no sindicato.

No Rio de Janeiro, uma única doméstica procurou a presidente da entidade sindical da categoria, Maria Izabel Lourenço, desde 2009. A mulher relatou o abuso e perguntou qual medida deveria tomar, já que havia pedido demissão devido ao crime. “Indicamos que registrasse a ocorrência, o abusador soube e ameaçou fazer uma denúncia contra ela. Ela teve medo e retirou a queixa. Por isso, pouquíssimas mulheres revelam esse crime. Há também a vergonha e a falta de coragem para falar”, conta Maria Izabel.

Para ela, isso acontece desde a época da escravidão.

“A sociedade deveria parar de discriminar e fazer descaso com a nossa profissão. Afinal, somos trabalhadoras como outra qualquer, merecemos respeito.”

Os dois sindicatos começaram campanhas de conscientização para as afiliadas.

A pesquisadora Tatiane conta que apenas há poucos anos essas profissionais passaram a ter os direitos trabalhistas. “Essa profissão sofreu com tudo. O Brasil é um dos poucos países do mundo que tem número grande de domésticas, uma característica clássica de países em desenvolvimento. Na Europa ou EUA é muito caro ter uma profissional dessas em casas. É nossa essa tradição da classe média achar necessário ter alguém para lhe servir”, ponderou.

Francisco Belda, diretor do aplicativo Blumpa (que seleciona ofertas de diaristas), fala que nos últimos quatro anos nunca foi registrado nenhum caso de assédio sexual. Ele explica que, apesar de estarem sozinhas, as profissionais têm a possibilidade, pelo aplicativo, de denunciar qualquer tipo de violência. “Esse é um problema histórico de assédio, mas acreditamos porque temos todos os dados dos clientes, talvez seja um dos motivos porque isso nunca aconteceu com as nossas prestadoras de serviços”, disse Belda.

### **Fora do padrão**

Preta Rara é ativista do movimento negro, poetisa, rapper, professora de história e modelo plus size. O seu nome é Joyce Fernandes, 34 anos, nascida e criada em Santos, litoral sul de São Paulo. Ela também é dona da página no Facebook: “Eu, Empregada Doméstica”, que foi lançada em julho de 2016 para contar as suas histórias na profissão que também foi da sua avó e mãe.

Atualmente conta com mais de 4 mil depoimentos e 160 mil seguidores que, como ela, exercem ou já foram domésticas um dia. O livro sobre os relatos deve chegar em breve nas livrarias. “É um assunto tabu, [mas é de extrema importância para as domésticas alguém falar sobre esse assunto](#). Elas precisam saber que não precisam ceder para o padrão”, dispara Preta.

Ela mesma disse que não sofreu assédio porque o seu corpo é fora de padrão de beleza. Mas, na página, ela percebe que a maioria dos depoimentos é feita por filhos ou netos devido à dificuldade das vítimas de tocar nesse assunto.

*Por Willian Novaes*

---

## **97% das mulheres dizem já ter sido vítima de assédio no transporte público e privado no Brasil, diz pesquisa**

*Quase todas as mulheres já passaram por cantadas indesejadas, receberam comentários de cunho sexual, entre outros, no transporte público, por aplicativo ou em táxis, segundo levantamento do Instituto Locomotiva e Instituto Patrícia Galvão.*

**(G1, 18/06/2019 - acesse no site de origem)**

Quase todas as brasileiras com mais de 18 anos (97%) afirmaram que já passaram por situações de assédio sexual no transporte público, por aplicativo ou em táxis, segundo pesquisa inédita obtida pelo G1 dos institutos Patrícia Galvão e Locomotiva, com apoio da Uber.

“É um número muito forte. Esse é o cotidiano da vida das mulheres, a pura expressão do que acontece”, disse Jacira Melo, diretora-executiva do Instituto Patrícia Galvão.

Os institutos entrevistaram 1.081 mulheres em fevereiro deste ano que utilizaram transporte público ou privado nos 3 meses anteriores à data do início do estudo.

O alto índice percentual vem à tona quando os entrevistadores questionaram se as mulheres já passaram por casos de assédios classificados pelas principais queixas das mulheres. Quando as dinâmicas são expostas, quase todas as mulheres responderam que já passaram por ao menos uma dessas situações, como olhares insistentes (41%) no transporte coletivo, (10%) no transporte por aplicativo e (11%) no táxi, cantadas indesejadas (33%) no coletivo e 9% nos aplicativos e táxis (veja tabela abaixo).

## Situações de assédio nos meios de transporte

Para 72% das mulheres, o tempo para chegar ao trabalho influencia na decisão de aceitar ou ficar em emprego

Meios de transporte:



Transporte coletivo



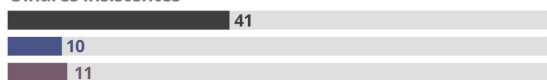
Aplicativo



Táxi

Em %

Olhares insistentes



Cantadas indesejadas



Comentários de cunho sexual



Ser encoxada



Passarem mão no corpo



Gestos obscenos



Ser seguida



Mensagens inoportunas por aplicativo



Se masturbarem



Exibir partes íntimas



Estupro



Ser fotografada



Beijada à força



Situações de assédio no transporte público e privado (Foto: Guilherme Gomes/Arte G1)

“O homem fica olhando para ela, que fica com medo e troca de lugar, mas não percebe que foi vítima de assédio. Explicitamos algumas situações para conseguir ver como as mulheres são assediadas no meio de transporte”, disse Maíra Saruê, diretora de pesquisa do Instituto Locomotiva.

A maioria das mulheres (71%) também afirmou conhecer alguma mulher que já sofreu assédio em espaço público, segundo o levantamento.

De acordo com a pesquisa, para 72% das mulheres, o tempo para chegar ao trabalho influencia na decisão de aceitar ou ficar em um emprego. Segundo dados da PNAD contínua, do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), das 92 milhões de brasileiras adultas, 40 milhões trabalham, 8 milhões estudam, 33 milhões foram a bares no último mês e 82 milhões fizeram compras em supermercados.

Apesar de tantos deslocamentos, 46% das mulheres não se sentem confiantes para usar meios de transporte sem sofrer assédio.

“O assédio sexual nos meios de transporte é sabido e conhecido por todos, mas ainda pouco abordado, como se fosse algo de menor importância. As mulheres enfrentam encoxadas, ejaculação na roupa e nas pernas, são expostas a violência pesada, que fere o direito de ir e vir”, afirma Jacira.



Jovem relata importunação sexual em trem da CPTM (Foto: Reprodução/Redes Sociais)



As mulheres entrevistadas disseram que o transporte por aplicativo é o meio de transporte mais associado à facilidade de denúncia por assédio: 55%, contra 21% no transporte coletivo e 6% no táxi. Para 18% das mulheres nenhum dos meios de transporte facilita uma denúncia.

“Pelo aplicativo, há uma empresa por trás, que tem o registro daquela pessoa, que consegue ser localizada. Mais fácil denunciar e ter algum tipo de punição para o agressor. No transporte público, a pessoa vai embora e some pela cidade”, diz Maíra.

Em um dos poucos casos de punição, [um vídeo, gravado por uma passageira da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos \(CPTM\) de São Paulo, em fevereiro deste ano](#), mostrou o momento em que um homem é detido por ejacular em uma jovem, de 22 anos. As imagens, que foram distorcidas para a preservação da vítima, foram gravadas no dia 6 de fevereiro, na estação Hebraica-Rebouças, da Linha 9-Esmeralda, em São Paulo.

A jovem, que não quer se identificar, conta que estava a caminho do trabalho, na Vila Olímpia, Zona Sul da cidade de São Paulo, quando percebeu que um homem fazia movimentos estranhos atrás dela. “Eu percebi que tinha alguém atrás de mim, mas não tinha o que fazer, porque o trem estava muito lotado. Eu fiquei incomodada com a movimentação, mas eu não entendi o que estava acontecendo.”

Segundo a estagiária de direito, ele segurava duas sacolas e tampava parte do seu corpo. “De repente, eu senti um líquido quente invadindo a minha calça e quando eu senti, eu entendi o que estava acontecendo. Virei, empurrei ele e ele estava com o membro para fora da calça. Estava todo sujo e tentou cobrir com a camiseta.”

As mulheres disseram que no transporte por aplicativo, há mais chances de os homens serem punidos (45%), 27% no transporte público coletivo, 22% em nenhum dos meios de transporte e 6% nos táxis.

Apesar disso, Jacira diz que o risco da mulher em um carro sozinha com um homem é grande.

“Você tem a placa do carro, em muitos casos, o nome do motorista. Mas convenhamos. O risco que a mulher corre dentro do carro onde o motorista tem todo o controle e ir para um caminho que ela não conhece, a coloca em um risco bastante elevado. Parto da máxima que não é aceitável nenhum tipo de violência em um transporte por aplicativo”, diz.

“As empresas precisam ter rigor na seleção dos motorista, dar cursos, etc. Criar mecanismo para as mulheres ficarem mais seguras e a fazerem denúncias. Elas têm condições de evitar o assédio e o estupro de forma muito mais eficaz do que no transporte público”, completa.

Apesar de ocorrer bem menos situações de assédio nos transportes por aplicativo, apenas nesse meio de transporte, mulheres disseram que foram estupradas (1%).

No entanto, 3 em cada 4 usuárias disseram que se sentem seguras usando transporte por aplicativo (75%), contra 67% nos táxis e 26% no transporte público.

## **Importunação sexual**

Pela lei sancionada em setembro de 2018, fica caracterizado como importunação sexual o ato libidinoso praticado contra alguém, sem autorização, a fim de satisfazer desejo próprio ou de terceiro. A pena prevista é de um a cinco anos de cadeia.

A proposta ganhou força quando foram registrados casos de homens que se masturbaram e ejacularam em mulheres em ônibus.

O texto sancionado também torna crime a divulgação, por qualquer meio, vídeo e foto de cena de sexo ou nudez ou pornografia sem o consentimento da vítima, além da divulgação de cenas de estupro.

A lei aumenta a pena em até dois terços se o crime for praticado por pessoa que mantém ou tenha mantido relação íntima afetiva com a vítima, como namorado, namorada, marido ou esposa. A intenção é evitar casos conhecidos como pornografia de vingança.

*Cíntia Acayaba e Léo Arcoverde*

---

## **Combate ao assédio sexual no Brasil exige debate sobre educação e masculinidade, dizem colunistas**

*Segundo Ilona Szabó, sem dados confiáveis, não dá para desenhar políticas públicas*

([Folha de S. Paulo, 21/02/2019 - acesse no site de origem](#))

Para combater assédio e violência sexual, é preciso abrir espaço para que as mulheres se sintam seguras para denunciar e para que os homens possam discutir seu papel na sociedade. As duas frentes passam pela educação, dentro e fora da escola.

Essa foi uma das conclusões do debate “Ser mulher em tempos de [#MeToo](#)”, que reuniu as colunistas da Folha [Ilona Szabó](#) e [Katia Rubio](#), nesta quinta-feira (21), no auditório do jornal em São Paulo.

“É fundamental a criação de um ambiente onde a gente possa falar e compreender melhor o que está acontecendo. Sem dados confiáveis, não dá para desenhar políticas públicas”, disse Ilona, ao citar, para além do [#MeToo](#), movimentos espontâneos de outros países, como [Meu Primeiro Assédio](#) (Brasil) e [Ni Una Menos](#) (Argentina).

Katia Rubio, que há mais de 20 anos pesquisa histórias de vida dos atletas brasileiros, afirmou já ter tido contato com inúmeros relatos de assédios e abusos cometidos por técnicos. “As vítimas se calam por medo. No Brasil, a denúncia é associada a uma agressividade que, culturalmente, não pega bem. E o abuso não é só contra menina, é contra menino também”, disse.

Ela contou que certa vez reagiu a uma investida na rua. De minissaia e salto alto, subia uma ladeira no bairro do Paraíso (SP), quando cruzou com um homem que vinha em sua direção. “Percebi que ia dar problema. Quando ele virou para me pegar, desferi um golpe que o levou ao chão. Eu fazia aikido na época. Quem gritou por socorro foi ele”, disse, arrancando risos da

plateia.

Com mais de 50% da população composta por mulheres, a representação é uma chave importante para políticas em prol dos direitos femininos, apontaram as colunistas. “Precisamos lutar para que a política, que é a única maneira de mudar o que a gente quer, seja um negócio limpo”, afirmou Ilona, que dirige o Instituto Igarapé, instituição sem fins lucrativos de pesquisas e soluções inovadoras para segurança, justiça e desenvolvimento.

Em 2018, o percentual de mulheres eleitas para a Câmara dos Deputados cresceu de 10% para 15%. “Mulheres na política inspiram outras mulheres e inspiram homens, o que é fundamental”, complementou.

Também deve ser pleiteada, pelas mulheres, representação no âmbito dos esportes, afirmou Katia, que é professora na Escola de Educação Física e Esporte na USP. “Há cada vez mais mulheres ocupando esses espaços, mas no campo de gestão e lideranças técnicas ainda é um tabu. Basta ver quantas mulheres brasileiras são técnicas das equipes de ponta ou quantas estão no conselho do COB [Comitê Olímpico do Brasil]. Nenhuma.”

Rubio, que é autora do livro “Atletas Olímpicos Brasileiros”, lembrou que a modalidade de maratona feminina só passou a existir nos Jogos Olímpicos em 1984, enquanto salto com vara entrou apenas em 2000 e o boxe, em 2012.

Em um país com tantos registros de crimes de estupro e feminicídio, é preciso mudar “modelos tóxicos de masculinidade”, afirmou Ilona Szabó. Nesse sentido, destacou que, ainda hoje, meninos são ensinados a não demonstrar sentimentos e a reagir com agressividade.

“A gente tem que saber que homem também sofre e, muitas vezes, perpetua um comportamento que é esperado dele. Quando a gente pensa no assassinato de homens, que é brutal e gigantesco, também passa por esse modelo de masculinidade, de achar que tem que resolver com força bruta”, disse.

Outra via para a redução da violência praticada por homens contra mulheres, lembrou Ilona, está na educação. “Nossos jovens não são preparados para lidar com situações de violência, de drogas ou de gênero. A gente prefere punir em vez de falar a verdade antes e ajudar as pessoas a fazerem melhores escolhas.” Katia concordou. “Educação sexual tem que estar na escola, sim. Todo ato de convivência é um ato político, e isso a gente aprende na escola.” Ainda sobre educação, Ilona destacou o alto índice de abusos sexuais contra crianças cometidos por familiares, daí a importância de a escola tratar esses temas.

Na plateia lotada do evento, havia alunos da escola São Domingos, de São Paulo, e estudantes universitários da Uninove e da ECA-USP. O debate integrou a programação de eventos nesta semana em comemoração dos 98 anos do jornal. Na sexta-feira, às 11h30, acontece o último debate, “Dá para ter orgulho em ser brasileiro?”, com os colunistas Contardo Calligaris e Nizan Guanaes. A mediação será da repórter especial Patrícia Campos Mello.

O evento acontecerá no auditório da Folha (al. Barão de Limeira, 425, 9º andar - Campos Elíseos). As inscrições podem ser feitas no site Folha Eventos.

*Bianka Vieira*

---

## **Coletivo lança pesquisa sobre assédio sexual a jornalistas no trabalho**

O Coletivo de Mulheres Jornalistas do Distrito Federal lançou uma pesquisa sobre assédio sexual no ambiente de trabalho. O levantamento é realizado através de documento online e, inicialmente, fica aberto à participação até o fim de fevereiro.

**(Portal Imprensa, 30/01/2019 - acesse no site de origem)**

“A pesquisa é com foco no Distrito Federal, mas é aberta a jornalistas de todos os lugares. Na tabulação serão separados os dados específicos do DF a serem entregues ao sindicato para que a entidade possa atuar junto às jornalistas. Mas é um levantamento mais amplo até porque, infelizmente, o assédio não é localizado. Essa é uma informação que serve para todos os sindicatos e entidades trabalharem depois com o objetivo tanto de conscientizar quanto de combater”, ressalta Renata Maffezoli, coordenadora do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do DF e integrante do Coletivo.

Uma publicação foi o ponto de partida da iniciativa. “Desde o fim de 2017, começamos a ter uma demanda forte por causa da publicação de um colunista no Correio Braziliense na qual transparecia muito a questão do assédio sexual nas redações. Isso despertou a categoria para o assunto”, diz Renata

Em novembro do ano passado, o Coletivo começou a mobilização: organizou debates virtuais e um presencial, na sede do Correio, que estabeleceu uma política específica sobre o assunto.

O movimento também lançou a campanha “Assédio sexual não faz parte do trabalho. Denuncie!”. Divulgada nas mídias sociais, seu objetivo, destaca a coordenadora, era sensibilizar a comunidade jornalística “sobre o que de fato é assédio, porque muitas vezes as pessoas assediam até sem perceber por ser tão naturalizado”.

Foram criadas várias peças com situações tanto no ambiente de trabalho quanto por parte de entrevistados. “Ato que acaba sendo naturalizados ou silenciados até por necessidade de sobrevivência no mercado de trabalho”, alerta a coordenadora.

O levantamento é a segunda etapa da campanha. Com base nas respostas obtidas, o Coletivo definirá o que será feito na próxima fase. “Queremos buscar formas de eliminar, ainda é um patamar distante, mas o objetivo é esse: eliminar essa prática do nosso espaço de trabalho”, completa Renata.

O resultado do levantamento deve ser divulgado em março, quando é celebrado o Dia Internacional das Mulheres.

---

# Caso Zé Mayer: nosso #MeToo pioneiro, por Antonia Pellegrino e Manoela Miklos

*Em sociedade onde violência de gênero ainda é regra, caso é marco histórico*

[\(Folha de S.Paulo, 21/01/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Em março de 2017, fizemos a quebra de silêncio da figurinista Su Tonani. O texto publicado no blog [#AgoraÉQueSãoElas](#), editado por nós —hospedado por essa mesma Folha— chamava-se “José Mayer me assediou”. A repercussão pautou nos veículos de imprensa brasileiros a discussão sobre assédio, meses antes do #MeToo derrubar poderosos em Hollywood, ensinando ao mundo que um novo tempo chegou. Depois de quase dois anos na geladeira, na última semana, [Zé Mayer foi demitido](#) e desligado da Rede Globo.

Muitas e muitos viram com naturalidade o fato da empresa querer se distanciar da imagem negativa que o Brasil hoje tem do ator. Afinal de contas, ele cometeu um crime, assediou uma profissional em seu local de trabalho e fez tudo o que podia para silenciar sua vítima. Algumas e alguns, contudo, seguem incapazes de compreender o que está em jogo.

Após a divulgação da demissão de Mayer, outro ator, Humberto Martins, ao ser questionado sobre o caso do colega em uma coletiva de imprensa, o defendeu: “José Mayer não merecia essa retaliação”. Tese semelhante foi enunciada pelo também ator Paulo Betti, quando disse, no passado, que Mayer estaria sofrendo “uma punição violenta demais”. Afinal, como falou à época da denúncia o ator Caio Blat: “Zé Mayer fez uma brincadeira fora de tom, e na presença de outras pessoas. Não houve intimidação”.

A atriz Betty Faria também saiu em defesa do colega e chamou Su de “piveta”. Ela inclusive criticou colegas de Hollywood que denunciaram casos de assédio, chamando de “tempestade em copo d’água”.

Reações assim, de solidariedade com o agressor e jamais com a agredida, são indícios de que muita gente ainda desconhece o poder da empatia na luta por igualdade. Cabe perguntar: será que estas pessoas, do alto de seus privilégios, sabem em que mundo vivemos?

O Banco Mundial publicou um estudo, em 2015, afirmando que um terço das mulheres do mundo são ou serão vítimas de violência. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, [uma mulher no Brasil é estuprada a cada 11 minutos](#). Em 70% dos casos de estupro, a vítima conhece seu algoz. O assédio não acontece no baile, na noite; ele não depende do tamanho da saia da vítima; de quantas doses ela bebeu. O assédio tem todas as cores, raças, ele é de direita e de esquerda. O assédio é regra, é norma.

Também na semana passada, a Human Rights Watch tornou público seu [relatório anual sobre violações de direitos humanos no mundo](#). A importante e prestigiada organização concluiu: a violência contra a mulher é uma pandemia global que afeta todos os grupos socioeconômicos de países ricos e pobres.

Quanto ao Brasil, de acordo com o relatório, o número de feminicídios aumentou vertiginosamente.

Ao defender Mayer, enxovalhar Su Tonani ou confundir justiça com retaliação, essas vozes relevantes aderem a um discurso perverso que faz da regra exceção.

Um discurso que não nos permite como sociedade olhar para a [violência contra a mulher](#) entendendo que temos um problema cultural a ser enfrentado —um conjunto de práticas que vão desde o fiu-fiu até o [feminicídio](#), e estão presentes em todos os espaços a todo tempo.

Em uma sociedade onde a violência de gênero ainda é regra, o caso Zé Mayer é um marco histórico na construção do novo normal antimachista que as feministas estão construindo.

O ator está sendo responsabilizado pela violência que cometeu. E aqueles que o defendem também precisam tomar consciência de sua responsabilidade ao repetir velhas cantilenas machistas e cooperar para a manutenção de um cruel status quo.

*Antonia Pellegrino e Manoela Miklos*

*Antonia é escritora e roteirista. Manoela é assistente especial do Programa para a América Latina da Open Society Foundations. Feministas, editam o blog #AgoraÉQueSãoElas.*

---

## [O novo poder das mulheres para romper com o silêncio imposto pelo patriarcado, por Debora Diniz e Giselle Carino](#)

*Se as redes trazem risco às mulheres, como o discurso do ódio, o movimento “#metoo” ou “NiUnaMenos” foram ondas que tiraram as vítimas do silêncio para transformá-las em protagonistas da história*

**[\(El País, 22/12/2018 - acesse no site de origem\)](#)**

[João de Deus](#) tem nome divino, era curandeiro e líder espiritual no interior de Goiás, em uma cidade escondida no mapa brasileiro. Com poderes além do humano, fazia cirurgias e tratamentos pouco convencionais. Foi preso por charlatanismo no passado, acusado de exercício ilegal da medicina. Recebeu visitas ilustres, como juízes da suprema corte ou presidentes de países, celebridades internacionais, como [Oprah Winfrey](#), e fez-se milionário. Era um intocável pelos poderes de cura, por isso o segredo do horror da violência sexual contra mulheres e meninas foi escondido por tanto tempo.

Foi preciso um [movimento iniciado por uma única mulher](#), Zahira Maus, uma coreógrafa holandesa, em um post de Facebook, para desencadear uma onda de 500 mulheres com o semelhante “#metoo”. Zahira contou sua história com o constrangimento comum às vítimas que acusam homens de poder: por um lado, sua voz era o grito esperado por outras mulheres, por outro, sabia que seria só o testemunho de uma mulher comum contra um homem santo. Havia ainda uma responsabilidade adicional à Zahira e a todas as outras vítimas – elas eram crentes no poder de João de Deus, se viam desafiando um patrimônio de milagre à

humanidade.

Antes de Zahira, outras mulheres provocaram a justiça brasileira acusando João de Deus de violência sexual e estupro. Entre as vítimas, estavam mulheres e meninas. Os casos foram arquivados pela Justiça por “falta de provas”. Era apenas a palavra da mulher contra quem prometia a salvação aos sem esperança. Foram décadas de silêncio até que o post de Zahira desencadeasse um movimento inesperado, sem fronteiras e sem liderança. Elas surgem com enredo semelhante de violência a cada dia. Vivem em diferentes países, não há diferenças de cor, classe ou idade —são apenas mulheres que sentiram vergonha por terem sido violentadas por alguém com tanto poder.

Como as vítimas de [Harvey Weinstein](#), essas mulheres tinham medo. Essa é a razão para o segredo da violência ser um instrumento de controle dos homens violentadores e com poder. Weinstein era alguém com o poder mágico de transformar uma jovem mulher em estrela de Hollywood; João de Deus, um superhomem que prometia afugentar a morte ou a doença. Em cada templo, cada qual era divino ao seu modo: silenciavam as mulheres pelo medo do fracasso ou da morte; contavam com a cumplicidade dos homens que muito sabiam e não estranhavam a violência sexual como forma de exercício do poder masculino.

Foi preciso o novo poder para fazer frente ao velho poder dos homens. Se as redes sociais trazem risco às mulheres, como o discurso do ódio ou a pornografia infantil de meninas, há algo de revolucionário: o movimento “#metoo” ou “NiUnaMenos” foram ondas de mulheres que saíram do silêncio das vítimas para as protagonistas da história. [João de Deus está preso](#), Weinstein em campanha para desacreditar suas vítimas, alegando terem sido encontros sexuais consensuais. Não nos cabe a verdade da Justiça criminal neste momento, o que importa é que as mulheres encontraram nas redes sem fronteiras um novo poder para fazer frente ao velho poder patriarcal que as silenciava. Até mesmo diante do arcaico poder divino.

*Debora Diniz é brasileira, antropóloga, professora da Universidade de Brasília  
Giselle Carino é argentina, cientista política e diretora da IPPF/WHO*

---

## **[ONU se compromete contra assédio sexual em resolução questionada por EUA](#)**

A Assembleia Geral das Nações Unidas adotou nesta segunda-feira uma resolução sobre o assédio sexual e a violência contra as mulheres, apesar das tentativas dos Estados Unidos de suavizar a medida, especialmente no que se refere ao aborto e ao planejamento familiar.

**[\(UOL, 17/12/2018 - acesse no site de origem\)](#)**

A administração de Donald Trump tentou retirar desta resolução não vinculante as menções sobre acesso aos serviços de saúde reprodutiva, aborto seguro e direito das mulheres de decidir livremente sobre questões vinculadas a sua sexualidade.

Em votação solicitada por Washington, 130 países se manifestaram a favor da manutenção das citadas menções, 31 se abstiveram e apenas os EUA foram contrários.

A resolução foi aprovada em sua totalidade pela Assembleia Geral.

França e Holanda estão na origem das negociações sobre esta resolução que, pela primeira vez após o surgimento do movimento #MeToo, menciona a luta contra o assédio sexual.

No passado mês de novembro, a França criticou o giro dos Estados Unidos por se alinhar a posições de governos menos progressistas em matéria de direitos das mulheres.

“Necessitamos ter os Estados Unidos neste combate contra o assédio sexual, de acordo com os valores que os EUA sempre defenderam”, disse à AFP o embaixador francês na ONU, François Delattre.

Segundo diplomatas, os esforços de Washington para atenuar a resolução foram ditados por partidários ultraconservadores ligados ao vice-presidente Mike Pence, abertamente oposto ao aborto.

---

## **86% das francesas já foram vítimas de agressão sexual, diz estudo**

A Fundação Jean-Jaurès, em Paris, divulgou nesta segunda-feira (19) um estudo sobre agressões sexuais sofridas pelas francesas, com resultados “aterrorizantes”, segundo a imprensa local: 86% das mulheres foram submetidas a pelo menos um tipo de comportamento sexista na rua durante sua vida na França. Algumas, vítimas de estupro, guardam até hoje sequelas do crime.

[\*\(RFI Brasil, 19/11/2018 - acesse no site de origem\)\*](#)

A média parece chocante para os franceses, porque, além de mostrar resultados expressivos em termos de violência sexual, os números franceses são maiores do que os de cinco outros países juntos, que também foram objeto de estudo na investigação da Fundação Jean-Jaurès: Espanha, Itália, Alemanha, Reino Unido e Estados Unidos.

Para Gilles Finchelstein, diretor-geral da fundação, o número de 86%, é “absolutamente aterrorizante” e “perturbador”. “Tratam-se de “comportamentos extremamente diversos, insultos e até assédio e agressão”, declarou à *FranceInfo*. Outro destaque desta pesquisa é que 60% das mulheres com menos de 25 anos dizem ter sido vítimas de um desses comportamentos, apenas nos últimos 12 meses.

### **Seguidas pelas ruas**

A situação mais comum, já vivida por três quartos das mulheres francesas: ser alvo de assobios



ou ser vigiada insistentemente no espaço público. Em seguida, vêm os insultos e o assédio, sendo que quase metade das francesas já foram vítimas de homens que as perseguem nas ruas. Dados cada vez mais assustadores quando se conta o número de vítimas de carícias não consentidas, que afetam um quarto das mulheres na França.

As vítimas são geralmente jovens (menos de 35 anos), de famílias pobres (muitas são estudantes) ou mesmo de classes favorecidas (metade das mulheres chefes de empresas dizem que já sofreram agressão sexual). A orientação sexual é um fator agravante: mulheres homossexuais ou bissexuais são três vezes mais incomodadas na rua do que heterossexuais e têm duas vezes mais probabilidade de serem molestadas.

A imprensa francesa se pergunta se foi o número de ataques que aumentou ou se foi a palavra das mulheres que se libertou, um ano depois do #Metoo. É muito cedo para saber, de acordo com Gilles Finchelstein. No entanto, o diretor explicou que é “possível” que o que antes não era necessariamente visto como a agressão sexual, seja enquadrado nesta categoria hoje, o que pode explicar a extensão dos resultados do estudo.

A pesquisa foi realizada em uma amostra de 1.004 mulheres na França, em uma amostra representativa da população feminina de 18 anos ou mais. A representatividade foi assegurada pelo método de cotas (idade, ocupação do entrevistado) após a estratificação por região. As entrevistas foram realizadas por meio de questionário online, entre 25 e 30 de outubro de 2018.

Um total de 6.025 mulheres foram entrevistadas em seis países. A representatividade da pesquisa foi assegurada pelo método de cotas (idade e ocupação das entrevistadas) após a estratificação por região.

---

## **“Somos assediadas o tempo todo”, diz vítima de importunação sexual**

*Vítima afirma que há um longo caminho para que a lei seja cumprida na prática. Especialistas alertam para necessidade de monitorar aplicação*

**(R7, 03/10/2018 - acesse no site de origem)**

A fotógrafa [Amanda Venceslau Melo, de 27 anos, rompeu o silêncio](#) depois de conviver muitos anos com o ódio, a raiva e a impotência de quem já sofreu um assédio em local público. Em março do ano passado, na estação República, Amanda se desesperou ao ser seguida por um homem que se masturbava na plataforma do metrô de São Paulo.

Essa não foi a primeira vez que a jovem passou por uma situação de importunação sexual. Com apenas nove anos, relata ter tido as nádegas tocadas por um homem, de aparentemente 30 ou 40 anos, em um parque público.

“Isso é uma situação muito corriqueira, somos assediadas o tempo todo”, diz ela. Sancionada

há uma semana pela Presidência da República, [a legislação define como crime importunação sexual e divulgação de cenas de estupro](#). A importunação sexual é caracterizada pela realização de um ato libidinoso na presença de alguém e sem a anuência dessa pessoa.

Os casos mais recorrentes são de assédios sofridos por mulheres em meios de transporte coletivo. Antes, eram considerados apenas contravenção penal com pena de multa. Agora, quem praticá-lo poderá pegar de um a cinco anos de prisão.

A promotora do Gevid (Grupo de Atuação Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica), Silvia Chakian, afirma que havia uma lacuna na legislação brasileira no que diz respeito a casos de assédio em locais públicos. “Sempre aconteceu e sempre foi banalizado e a resposta era insuficiente, contribuindo para a banalização”, diz ela. “É uma prática aviltante e humilhante. A nova lei considera esse comportamento de considerar o corpo da mulher como propriedade pública como algo extremamente grave.”

Apesar de reconhecer a relevância da nova legislação, Amanda acredita que há um longo caminho para quem estabelece contato direto com as vítimas. “Fica um disse, não disse, uma palavra contra a outra e ninguém considera a palavra de uma mulher”, afirma. Ao descer de um vagão, Amanda foi abordada por homem que, segundo ela, se mostrou gentil e disse ter o celular travado. “Vi que não podia ajuda-lo e sugeri procurar os guardas. Percebi que ele estava enrolando e quando subi as escadas estávamos só nós dois”, diz.

“Olhei para trás e ele estava andando na minha direção com o pênis para fora se masturbando. Ele passou ao meu lado e eu joguei a mochila, ele falou algumas besteiras e eu comecei a gritar. Ninguém fez nada”, lembra Amanda. A jovem afirma ter documentado o caso: “disseram que iam apurar, mas não fizeram nada.” Para ela, os homens assediadores continuam a agir assim porque se sentem impunes. “Sinto ódio e raiva, me sinto um objeto ao ser tocada por uma pessoa que não conheço.”

Não foi a primeira vez que Amanda foi vítima de uma importunação sexual. Aos nove anos, ela relata ter vivenciado outro caso de assédio. “Estava com a minha família e um primo. Senti que estavam tocando minha bunda, olhei e vi que era um homem bem mais velho. Devia ter 30, 40 anos”, diz. “Fiquei com muita vergonha e demorei muito para entender o que havia acontecido.”

Esse tipo de situação, afirma Silvia, [é um “atentado à liberdade sexual de uma mulher”](#), que ocorre quase que diariamente, no trajeto para casa, escola ou trabalho. “Uma lei como essa é um ponto de partida e, infelizmente, precisamos de uma legislação para dizer que ejacular em uma mulher é crime diz Silvia. A promotora reconhece, porém, a mudança completa não será resultado apenas de uma tipificação penal.

### **Olhar cuidadoso para a vítima**

Não apenas no caso da lei contra importunação sexual, mas em todas que combatem crimes contra a mulher é preciso cuidar da aplicação. “É preciso observar o contexto que essas mulheres vivem, evitar a revitimização e minimizar as consequências desse trauma.”

A coordenadora do Núcleo de Gênero do Ministério Público de São Paulo, Valéria Scarance, a lei é um dos principais marcos para a proteção das mulheres ao lado da Lei Maria da Penha e da tipificação do Feminicídio. “Havia duas lacunas em nossa legislação, para criminalizar a importunação sexual e a divulgação de cenas íntimas”, afirma ela. “O Estado tem condições de

reprimir essas violências com medidas protetivas, reparação de danos, etc.”

De acordo com a promotora, a partir do momento que a vítima faz o registro é instaurado o inquérito e o denunciado passa a responder pelo crime. Ela explica ainda que mesmo em casos em que a Justiça permite a soltura não significa que a pessoa ficará impune. “Não é que não vai dar em nada, ainda que solta, a pessoa responde pelo crime. É uma liberdade provisória”, diz.

Marcos como esses, diz Valéria, buscam também criar uma conscientização sobre a recorrência do problema. “As pessoas percebem os traumas e as consequências. Os importunadores tendem a se recolher”, afirma a promotora.

### **Outras mudanças**

A nova lei também prevê o aumento de pena para estupros praticados por duas ou mais pessoas, o estupro coletivo, e para o chamado estupro “corretivo”, quando praticado para correção da orientação sexual de pessoas.

O avanço da nova lei também se refere ao estupro de vulnerável. “Também será considerado estupro de vulnerável quando a vítima for criança com noções sexuais. Nesses casos, as penas eram flexibilizadas, mas não se considerava que em muitos casos são obrigadas a prostituição pela exclusão social”, afirma Silvia.

Outra mudança da nova legislação é a criminalização da divulgação de cenas de estupro, sexo, pornografia e nudez sem o consentimento da vítima. A pena será ainda maior caso o agressor tenha relação afetiva com a vítima. A lei vem sendo chamada também de lei Rose Leonel para lembrar do caso da paranaense que, há 12 anos, ao terminar um relacionamento teve mais de 15 mil e-mails vazados com fotos íntimas divulgadas pela cidade de Maringá.

Amanda, assediada no metrô e ainda criança em um parque público de São Paulo, acredita, além das mudanças na lei, é preciso denunciar. “Já desisti várias vezes, hoje não fico mais em silêncio.”

*Fabíola Perez*